

Dívida pode pôr em risco a soberania, alerta consultor

**RIO
AGÊNCIA ESTADO**

O Brasil corre o risco de ter a soberania atingida, se admitir que, para obter a reformulação de sua dívida externa, será obrigado a financiar o Tesouro dos Estados Unidos, adquirindo seus títulos para lastrear a emissão de títulos brasileiros. Estará decretada a falta de credibilidade da nação brasileira, que passará a necessitar do aval dos Estados Unidos para continuar no mundo econômico.

A advertência é do consultor financeiro Joedire Amorim de Sá, ex-executivo do Chase Manhattan Bank e autor do projeto de conversão de parte da dívida externa brasileira em bônus, encaminhado ao ex-ministro da fazenda, Bresser Pereira, mas que foi deixado de lado pela exigência de deságios de 30% aos bancos credores. Consultor de vários bancos estrangeiros no País, Amorim de Sá considera sem condições de ser aceito pelo Brasil um plano de securitização parcial do pagamento de sua dívida externa, a exemplo do que fez recentemente o México, em relação a US\$ 10 bilhões de seus débitos.

O esquema aceito pelo México, ao comprar títulos do governo norte-americano com prazo de 20 anos, com garantia de seus títulos da dívida ex-

terna, servirá para transformar esse país em cliente compulsório para financiar uma parte da dívida interna dos EUA, que hoje é de cerca de US\$ 400 bilhões, argumenta Amorim de Sá.

"SOLUÇÃO INJUSTA"

Nos Estados Unidos, segundo ele, um esquema semelhante tem sido aplicado em relação ao recebimento de dívida de empresas privadas que não têm crédito nem condições de oferecer garantias reais a seus credores. Essas empresas compram títulos do Tesouro americano, com 20 anos de prazo, e cujos cupons de juros pertencem ao investidor. O título é vendido sem cupom, a dez centavos do dólar, o que é chamado de bônus zero, com a única função de lastrear empréstimos. Mesmo que o cliente não pague o débito, os bancos credores receberão o principal no vencimento do empréstimo, devido à garantia do Tesouro dos EUA.

O plano de securitização da dívida externa aceito pelo México, segundo Amorim de Sá, exigirá que o país use uma parte de suas divisas para financiar o déficit interno norte-americano. "O fato de a economia internacional passar a admitir esta forma para recomposição de dívidas externas — afirma — é o início do reconhecimento da necessidade política de criar soluções para as dívidas dos países do Terceiro Mundo."